

*A. C. Portinari Greggio



No último artigo falamos da natureza das ONGs e da sua ligação umbilical com a ONU. Vejamos agora a estratégia e a tática dessas entidades.

Quando se fala na origem das Nações Unidas e na elaboração da sua Carta – celebrada como se fosse uma nova Lei Áurea mundial – é bom que o leitor tenha em mente a história tal como aconteceu. Os fundamentos e objetivos da ONU já vinham sendo ruminados desde a I Guerra Mundial por grupos de apátridas e cosmopolitas congregados em organizações, das quais a mais notória era o Council on Foreign Relations. Não se iludam: as Nações Unidas nunca foram o coroamento de algum ideal universal, nem surgiram do consenso internacional. Não houve debates entre nações, nem nada de democrático ou participativo no esquema. Praticamente tudo foi elaborado em Washington, DC, num conluio fechado entre Stalin, Roosevelt e Churchill.

A Carta, portanto, foi redigida por funcionários dos governos dos Estados Unidos, da Inglaterra e da União Soviética. Acontece, porém, que quase todos os americanos e britânicos envolvidos no trabalho eram agentes soviéticos infiltrados nos dois governos. Como se deu essa infiltração? Pelos mesmos canais utilizados no Brasil e no resto do mundo: as brechas dos regimes democráticos, a influência das universidades e da intelectualha, a demagogia populista dos políticos, etc. A traição não passava despercebida. O FBI e o Exército americano a vinham monitorando desde a década de 1920, e tentavam alertar seus superiores. Mas eram ignorados ou silenciados para não prejudicar a “causa aliada” durante a II Guerra Mundial.

A verdade só começou a vir à tona após 1947, quando o Exército pôde dar andamento ao projeto Venona, magnífico trabalho de criptografia que decifrou milhares de mensagens soviéticas captadas durante a Guerra e expôs a rede de traidores que, além de entregar a Stalin os segredos diplomáticos, militares e tecnológicos da Inglaterra e dos Estados Unidos – inclusive a bomba atômica –, manobraram a política dos Aliados no pós-Guerra, fazendo que mais da metade da Europa e a maior parte da Ásia caíssem em poder de sanguinárias ditaduras comunistas.

A ONU, portanto, não é nenhum foro neutro de nações, nem muito menos um instrumento de paz mundial. É uma entidade nascida da cumplicidade entre as oligarquias apátridas e cosmopolitas do Ocidente e o comunismo soviético, com o objetivo de usurpar a soberania dos governos, suprimir as identidades dos povos, apagar suas tradições históricas, aplainar suas diferenças e finalmente dissolver as nações do mundo, transformando-as em meras denominações administrativas, governadas por uma oligarquia plutoburocrática, anônima, invisível, não eleita e irresponsável perante os governados.

Como a ONU não pode agir abertamente na surda guerra contra a existência dos seus próprios membros, é natural que empregue intermediários nessa gigantesca operação. É essa a função das ONGs. Qual o seu método de operação? Para entendê-lo, vejamos um caso similar de usurpação política, a “democracia direta” utilizada por Fidel Castro para estabelecer a ditadura comunista em Cuba. A técnica consistia em ajuntar periodicamente a multidão na praça e falar diretamente ao “povo”, o qual, com aplausos e refrões gritados em coro, aprovava as propostas do orador. Todos sabiam que não era “povo”; era um ajuntamento de militantes convocados para aquele papel, como “extras” nos estúdios de cinema. Mas funcionava. Tanto, que Fidel está lá até hoje com apoio desse “povo”, o qual pode ser tirado do armário e trazido à praça sempre que necessário. Donde se conclui que, nesses processos, não há necessidade de “povo”; basta arranjar algo que a mídia e o público confundam com “povo”, e pronto, está feita a prestidigitação.

As ONGs agem do mesmo modo. Sem que ninguém as tenha nomeado, apresentam-se como representantes da “sociedade” e das suas reivindicações. E a ONU, cúmplice no esquema, transmite aos governos as exigências das ONGs como se viessem diretamente dos “povos”. Desse modo, por passe de mágica, a ONU, secundada pelas ONGs, assume o papel de intermediária dos povos perante os governos, invertendo as atribuições naturais de cada parte. Em vez dos governos soberanos serem os interlocutores dos seus respectivos povos perante a assembléia da ONU, a ONU age como se fosse a interlocutora dos povos perante os respectivos governos! A usurpação avançou tanto que ninguém estranha quando funcionários da ONU vêm ao Brasil e passam descomposturas nos governantes, criticam leis, condenam políticas, fazem declarações à mídia e invadem sem cerimônia os gabinetes, como se fossem fiscais do Universo em inspeção às províncias subalternas.

Se for verdade, como rezam as constituições, que “o poder emana do povo”, e se a ONU substitui o povo, então falta pouco para trocar a palavra e admitir que “o poder emana da ONU”.

* Economista, ex-aluno da
Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo